

**A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL PARA MELHOR COMPREENDER O
CONTINENTE AFRICANO: NOTAS E EXEMPLOS**

**THE SOCIO-SPATIAL FORMATION FOR BETTER UNDERSTANDING
THE AFRICAN CONTINENT: NOTES AND EXAMPLES**

**FORMACIÓN SOCIOESPACIAL PARA CONOCER MEJOR EL
CONTINENTE AFRICANO: NOTAS Y EJEMPLOS**

Vinícius Carluccio de Andrade¹ <https://orcid.org/0000-0001-5638-9420>

RESUMO

Este trabalho almeja contribuir para a compreensão das particularidades das formações socioespaciais que compõem o continente africano. Para isso, o ponto de partida é a ciência geográfica. Admite-se, portanto, que há um vácuo em estudos acerca dos territórios africanos na Geografia - uma lacuna, que por si só, é política. Destarte, com base na elaboração de formação socioespacial, é possível enfrentar as visões generalistas e generalizantes que normalmente relacionam-se à África. A África não é uma unidade política, mas um continente com 54 territórios distintos. As especificidades não podem ser ignoradas; embora existam pontos de convergência, as diferenças se fazem presentes. Assim, a partir de casos - tal qual o colonialismo, o afro-pessimismo e o afro-otimismo -, busca-se vencer a generalização. Para distinguir características próprias de cada formação socioespacial, foram utilizadas fontes secundárias. A comparação fez-se imperiosa para encontrar convergências e divergências relativas aos países que compõem a África. Com isso, embora a maioria das formações socioespaciais, por exemplo, tenham sofrido com o colonialismo, o próprio processo colonizatório e seu fim foram díspares em cada território. O mesmo ocorre com o afro-pessimismo e o afro-otimismo: o agrupamento abstrato desconsidera exceções.

Palavras-chave: Formação socioespacial. África. Colonialismo. Afro-pessimismo. Afro-otimismo.

ABSTRACT

This article aims to contribute to understanding the particularities of African socio-spatial formations. Therefore, the starting point is geographical science. It is admitted, thus, that there is a vacuum between studies about African territories in Geography - a political gap. Based on socio-spatial formation formulation, it is possible to face generalist visions that normally relate to Africa, which is not a political unity, but a continent with 54 distinct territories. Specificities cannot be ignored. Even if convergent points exist, differences are present. Thereby, starting from particular instances - such as colonialism, afro-pessimism and afro-optimism -, the final goal is to overcome generalizations. To distinguish specific characteristics of each socio-spatial

¹ Graduando em Geografia (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - SP. E-mail: viniciuscandrade4@gmail.com.

formation, secondary sources were used. After collecting, systematizing and analyzing the data, the comparison manifested itself as fundamental to establish divergences and convergences between the countries that compose the African continent. Thereupon, albeit most socio-spatial formations, for example, suffered from colonialism, process and ends were different in each territory. The same occurs with afro-pessimism and afro-optimism: the abstract combination disregards and disrespects exceptions.

Keywords: Socio-spatial formation. Africa. Colonialism. Afro-pessimism. Afro-optimism.

RESUMEN

Este trabajo pretende contribuir a la comprensión de las particularidades de las formaciones socioespaciales que conforman el continente africano. Para ello, el punto de partida es la ciencia geográfica. Se admite, con eso, que existe un vacío en los estudios sobre territorios africanos en Geografía, una brecha que en sí misma es política. Por tanto, a partir de la elaboración de una formación socioespacial, es posible confrontar las visiones generalistas y generalizadoras que normalmente se relacionan con África. África no es una unidad política, sino un continente con 54 territorios distintos. Los detalles no pueden ignorarse; aunque hay puntos de convergencia, las diferencias están presentes. Así, a partir de casos –como el colonialismo, el afropesimismo y el afrooptimismo–, buscamos superar la generalización. Para distinguir características propias de cada formación socioespacial se utilizaron fuentes secundarias. La comparación era imperativa para encontrar convergencias y divergencias respecto de los países que componen África. Como resultado, aunque la mayoría de las formaciones socioespaciales, por ejemplo, sufrieron el colonialismo, el proceso de colonización en sí y su fin fueron diferentes en cada territorio. Lo mismo ocurre con el afropesimismo y el afrooptimismo: la agrupación abstracta ignora las excepciones.

Palabras clave: Formación socioespacial. África. Colonialismo. Afropesimismo. Afrooptimismo.

INTRODUÇÃO

É imprescindível, a partir de uma perspectiva geográfica, analisar o continente africano sem deixar de lado o conceito de formação socioespacial (Santos, 1977), que valoriza o papel do espaço nos arranjos entre forças produtivas e relações de produção que determinada sociedade - e seu Estado² - estabelecem. O conceito de formação

² Para esse trabalho, adota-se como convenção que um Estado tem, como principais elementos, 1) um governo ou uma administração pública, autoridade soberana e com poder/domínio/jurisdição para executar ações; 2) um povo ou uma mesma população que compartilha determinado sentimento de pertencimento; e 3) um território, aporte físico-material da atuação do ente estatal. Enquanto nexo político-jurídico-institucional, utiliza-se, para a conceituação do terceiro elemento, a concepção de Gottmann (2012, p. 523), para quem “território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte

socioespacial, se instrumentalizado nos mais de 50 territórios africanos, auxiliaria a subverter as perspectivas generalistas, caricatas e simplistas que, em conformidade com Santos (2021a, 2022a, 2023a), representam a África das noções de: (i) natureza selvagem; (ii) cultura exótica; e (iii) tragédia humana. Um olhar dentro da perspectiva Sul-Sul (Santos, 2023a) pode superar essas generalizações, operação de representação comum que ignora as particularidades de cada formação socioespacial africana, construídas ao longo do processo histórico.

Essas generalizações, oportunas e perversas, podem e devem ser combatidas pela Geografia Brasileira, a qual, todavia, por muito tempo ficou circunscrita à sua fronteira nacional ou ao universo latino-americano (Santos, 2021a). Desse modo, esse artigo objetiva, respaldando-se em exemplos como o colonialismo, o afro-pessimismo e o afro-otimismo, mostrar como o conceito de formação espacial (visto como princípio e não como fim) é elementar para adentrar nas minúcias dos mais diversos territórios nacionais que fazem parte de um continente, que, no caso, é o africano. Trata-se da defesa da formação socioespacial (Santos, 1977) enquanto partido de método, como bem assinala Santos (2023a, 2023b, 2023c)³, para eventuais análises posteriores.

Enveredando-se por esse caminho, uma África distante, estereotipada e marcada por imagens capsuladas é desconstruída. Como pontuam Mendes e Ratts (2020), a Geografia da África, muitas vezes inexistente em cursos superiores, reflete o âmbito político de um currículo, “campo de disputa por saberes” (Mendes; Ratts, 2020, p. 448) com conteúdos invisibilizados que refletem intencionalidades. Um currículo é resultado de lutas e interesses - e a exclusão do continente africano na Geografia é intencional, pois é uma possibilidade de aprendizagem menos estereotipada e sem ser dotada de reducionismos. Se “a generalização é a operação mais tentadora aos acadêmicos que se debruçam sobre temáticas relacionadas ao continente em questão” (Santos, 2021a, p. 38), essa abstração conceitual que carrega tendências universalizantes é desmantelada ao se ter contato com a especificidade de cada formação. A despeito disso, Mendes e Ratts (2021) identificam que os conteúdos sobre o continente africano estão presentes de forma

deste que é dotada de certa autonomia. (...) Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política”.

³ Kauê Lopes dos Santos é professor do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - SP. A partir das contribuições teóricas de Milton Santos, defende, como proposição a ser consolidada, uma “Geografia dos países africanos”, com a finalidade de superar uma “abstração continental” (Santos, 2023a, p. 299), que tão gravemente acomete a África. Esse artigo entra em consonância com seus escritos e se aproxima de seus esforços. Vale ressaltar que “*Africano: uma introdução ao continente*”, obra de sua autoria, esteve entre os 10 finalistas do 65º Prêmio Jabuti na categoria Ciências Sociais.

irregular no Ensino Fundamental, permeados por falhas e pouco aprofundamento. As formações socioespaciais africanas parecem não diferir.

Lacunas de implementação da Lei nº 10.639/03⁴ (Brasil, 2003) fazem-se presentes quando as escolas e as universidades se comportam como espaços reprodutores de narrativas hegemônicas (Mendes; Ratts, 2022). Após um levantamento de instituições de ensino superior com disciplinas sobre Geografia africana, Mendes e Ratts (2023, p. 28) expõem um “baixo quantitativo de cursos de Geografia que dispõem de disciplinas sobre África”. Com a reprodução de discursos generalistas e a predominância de perspectivas eurocêntricas, o “olhar único sobre África” (Mendes; Ratts, 2022, p. 23) permanece. Como as potencialidades geográficas que residem através da formação socioespacial ainda não foram plenamente alcançadas, um continente todo é enxergado, inadequadamente, de maneira única e uniforme. Segundo os autores, “o discurso da unicidade inviabiliza e invisibiliza os estudos de Geografia africana” (Mendes; Ratts, 2022, p. 24).

A sequela é a predominância de tipificações errôneas e concepções equivocadas, ainda que os avanços decorrentes da Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003) sejam consideráveis. No âmbito de ensino superior, ainda, Mendes e Ratts (2021) descrevem como, na formação de licenciados em Geografia, hierarquizações conteudistas enclausuram a Geografia Regional da África como facultativa ou eletiva - isso quando a disciplina é ofertada. Para os formandos, a Geografia da África aparenta ter um caráter dispensável. Mais uma vez, a educação se manifesta como um campo de disputa. As lacunas formativas são políticas:

Compreender as relações de poder existentes na construção dos currículos escolares é entender que eles são perpassados pela mesma lógica social que estrutura as demais instituições brasileiras. A terminologia currículo advém de *curriculum*, termo em latim que remete à ideia de ordem, sequência, percurso (Mendes; Ratts, 2021, p. 21, itálico no original).

Nessa circunstância, Mendes e Ratts (2021) pautam superar a menção ou a mera descrição do continente africano. É obrigatório contemplar e aprofundar a pluralidade existente na África, complexificando as discussões tanto no ensino básico quanto no ensino superior (com especial destaque à graduação em Geografia). Para romper imagens

⁴ Tal lei não é o foco do artigo. Como essa temática requer, por si só, a possibilidade de escrita de um trabalho centrado nesse debate, a Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003) é citada somente para indicar suas potencialidades e suas limitações.

cerradas e enclausuradas relacionadas a um continente com 54 formações socioespaciais, há a “necessidade de ampliar o debate sobre o ensino de Geografia da África” (Mendes; Ratts, 2021, p. 23). Um primeiro passo é identificar que, não obstante existam pontos comuns, cada território, delimitado entre suas fronteiras, tem seus próprios filtros. A formação socioespacial, nesse caso, não pode ser ignorada. Para citar um exemplo, Neto (2019a) reconhece fatores comuns à África, mas indica especificidades nacionais da Angola de acordo com a seguinte máxima: “Angola tem uma característica cultural própria, resultante de sua história” (Neto, 2019a, p. 315).

Como a implantação de infraestruturas é seletiva e o espaço geográfico é permanentemente modificado, resultado de adições e subtrações sucessivas (Santos, 2021b), constata-se que a África não é homogênea. Segundo esse princípio, ainda, é plausível assimilar como as atividades econômicas, por exemplo, não estão uniformemente distribuídas pelo continente. Santos (2022a) evidencia como a distribuição desigual dos recursos naturais, que se dá conforme os aspectos e a história geológica do território, impacta a mineração.

Para citar outro exemplo, vale destacar como as produções de cacau em Gana e na Costa do Marfim, países vizinhos, ocorrem de modos marcadamente distintos (Santos, M., 1959; Santos, K. L., 2020b). Ao mesmo tempo, enquanto o cacau é o principal produto exportado pela Costa do Marfim, ele é um dos variados produtos exportados por Gana, garantindo a essa formação socioespacial uma menor dependência da mercadoria e, portanto, uma menor vulnerabilidade comercial devido à sua diversificação das forças produtivas. Em essência, “a formação socioespacial (...) representa um processo histórico [que está na base de análise] de territorialização do modo de produção de um país” (Santos, 2021a, p. 148). As produções de Gana e da Costa do Marfim, então, são efeitos que escancaram o porquê de se apropriar do arsenal teórico da formação socioespacial para fins de distinção entre países de um mesmo continente - como é o caso deste texto.

METODOLOGIA

Para organizar, coletar e ter acesso às informações, as quais balizaram a elaboração do artigo, foram utilizadas fontes secundárias⁵, isto é, artigos científicos, livros e revistas que procuram robustecer uma “Geografia dos países africanos” (Santos, 2023a).

⁵ Uma dificuldade encontrada foi ter acesso a fontes primárias.

A partir da revisão bibliográfica, foram examinados dados qualitativos que auxiliaram na justificativa de se mobilizar o conceito de formação socioespacial para estudar a África. Quanto ao método, após uma discussão teórica sobre um conceito (formação socioespacial), foi realizado um esforço de comparação para apreender as diferenças internas da África, sendo que, para Santos (2023a), o estudo de caso é a estratégia metodológica mais coerente para a consolidação da “Geografia dos países africanos”. Paralelamente ao processo de coleta, sistematização e análise dos dados, traçou-se um caminho rumo aos resultados, seções onde se encontra a avaliação mais crítica. Os autores aqui trabalhados são de diferentes nacionalidades e majoritariamente de países do Sul Global.

Como objetiva-se colaborar, partindo da base teórica de Milton Santos (1977), para entender como as formações socioespaciais explicitam as diferenças internas ao continente africano, as menções são feitas ao colonialismo (por denotar décadas de domínio e subjugação colonial que resultaram em variadas estratégias de luta em prol das posteriores independências - que também não ocorreram simultaneamente), ao afro-pessimismo (que “homogeneizou” a África nos anos finais do século XX) e ao afro-otimismo (que “homogeneizou” e “homogeneiza” a África em anos mais recentes do século XXI). Ao se abordar um todo continental, as exceções não podem ser esquecidas. Características comuns existem, mas não são sinônimos de homogeneizações.

REVISÃO DE LITERATURA

Dessa forma, para que as minúcias dos diversos territórios nacionais que estão em um continente tornem-se nítidas, a formação socioespacial é uma opção teórica indispensável. Cabe, portanto, melhor entendê-la com apoio de uma breve revisão de literatura. Santos (1977, 2021c) salienta que as estruturas socioeconômicas nacionais são individualizadas, diferentes umas das outras⁶. Nesse sentido, o particular é apreendido como uma cisão do todo, um momento do todo e até mesmo como o todo reproduzido em uma de suas frações. Ainda que pareça demasiadamente abstrato, Santos (1977) simplifica: o modo de produção, convergente a todos os territórios africanos, é o geral, mas as formações sociais (ou melhor, formações socioespaciais, por irem além da

⁶ Vale ressaltar que Santos (1977, 2021b) destaca a importância do espaço para compreender a formação socioespacial. Além dos âmbitos econômico e social, o espaço não pode ser apagado. Segundo o autor (Santos, 2021b, p. 244), “não há e jamais houve Formação Social independentemente do espaço” e aí reside a tarefa da Geografia enquanto ciência.

conceituação de formação econômica e social) são específicas. A formação socioespacial, melhor entendida na escala nacional, é a possibilidade realizada, isto é, a concreticidade do modo de produção.

Nota-se, conseqüentemente, que a formação socioespacial parte de uma abordagem espaço-temporal (Machado, 2017). Santos (1977), por conseguinte, interessasse não só pela forma, mas também pelas dinâmicas sociais, ou seja, pelo movimento. O espaço geográfico, visto como totalidade em totalização, se dá em um quadro caracterizado pela transitoriedade e pela mutabilidade. As materialidades (que serão retomadas com as infraestruturas no continente africano) têm importância, informam um certo período com as rugosidades e representam os modos de produção. Se o espaço é vivo, mutável e dialético (Machado, 2017), quatro conceitos são centrais: forma, função, processo e estrutura⁷, que são indissociáveis e estudados em conjunto. A periodização, dimensão temporal, é fundamental (Santos, 2020a) para a percepção da questão histórica inerente à formação socioespacial. Em suma, “o espaço é (...) um todo estrutural que possui uma gênese e um desenvolvimento, uma formação, e que é conformado por um arranjo espacial de formas-conteúdo” (Machado, 2017, p. 88). Da mesma forma,

O conceito de formação socioespacial entende o espaço como uma variável fundamental para o entendimento das formas com que o modo de produção se organiza nas diferentes sociedades do mundo ao longo do processo histórico (Santos, 2023a, p. 314).

Resumidamente e em outras palavras, a própria ideia de *formação* já mostra a dialética de um processo histórico, contemplado por um contexto temporal (Santos, 2023a). Com base nessa apresentação sobre as contribuições do pensamento de Milton Santos para melhor compreender o continente africano, sendo a formação socioespacial um partido de método⁸, os pormenores podem ser trabalhados. Um pressuposto já explicitado diz que a África é heterogênea, naturalmente diversificada e impassível de generalizações. A formação socioespacial, novamente, é fator essencial para desconstruir

⁷ “*Forma* é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. *Função* (...) sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (Santos, 2020a, p. 69, itálico no original).

⁸ “Justamente por atentar às formas como o modo de produção se materializa em diferentes sociedades, esse conceito [formação socioespacial] permite reconhecer tanto características particulares que foram espaço-temporalmente forjadas em um determinado território, quanto características comuns entre países, as quais foram construídas ao longo de processos históricos de diferentes durações” (Santos, 2023a, p. 301).

que: (i) o colonialismo ocorreu uniformemente pelos territórios africanos e (ii) todos os países da África caminham, da mesma maneira, para um cenário economicamente otimista.

COLONIALISMO E SUAS PARTICULARIDADES

O colonialismo não é o ponto de partida para o trabalho aqui realizado. Essa linha é uma perspectiva eurocêntrica, pois teoriza uma África somente com base na experiência colonial. Enquanto concepção eurocentrada, é alvo de críticas de Mendes e Ratts (2022), entre outros autores. As sociedades africanas (no plural) se organizaram das mais diversas maneiras antes da colonização. Imperava a pluralidade, encontrada em M’Bokolo (2011). Em conformidade com Santos (2022a), as trocas entre europeus e africanos existiam, mas não se tratava, da mesma maneira e nas mesmas intensidades, da ação de subjugar que marcaria os séculos XIX e XX com o chamado colonialismo. Havia uma soberania que perpassava os territórios africanos.

Por volta de 1800, o Estado não representa a forma de organização política mais difundida no continente africano: lado a lado com os reinos, impérios, cidades-estados, existem numerosas outras formações políticas, baseadas nas linhagens, nas aldeias, nos clãs (M’Bokolo, 2011, p. 23).

Ainda assim, as formações políticas citadas seriam golpeadas e substituídas violentamente por espaços derivados (Santos, 2013) inseridos na dinâmica colonial. Em linhas gerais, “os espaços subdesenvolvidos são, antes de tudo, espaços derivados” (Santos, 2013, p. 130). Esse conceito - espaço derivado - é de grande valia para iniciar a discussão acerca do colonialismo por desvelar vontades longínquas, desconsiderando organizações locais, reflexo das operações europeias no continente africano pós-século XIX. Nkrumah (2019a) denuncia a exploração e o estado de fragmentação causados pelas potências europeias no continente ao sul. O colonialismo, portanto, é enxergado como uma manobra violenta de saque e exploração, sendo uma profunda experiência histórica que mudou permanentemente as sociedades africanas com a inserção, ou melhor, com a imposição de novos valores e nova organização social, cultural e econômica da vida (Nkrumah, 2019b). O capital estrangeiro que penetrou na África estava voltado para a extração, não para o bem-estar dos locais. Logo no primeiro parágrafo de seu livro, explica:

A África é um paradoxo que ilustra e coloca em evidência o colonialismo. Sua terra é rica e no entanto os produtos que vêm do seu solo e do seu subsolo continuam a enriquecer, não predominantemente os africanos, mas grupos e indivíduos que trabalham para o empobrecimento da África (Nkrumah, 1967, p. 1).

Entretanto, existem exceções. “Os únicos territórios não colonizados do continente africano foram os da Etiópia (África Oriental) (...) e a Libéria (África Ocidental)” (Santos, 2021a, p. 60)⁹. Outrossim, antes mesmo dos empreendimentos coloniais e das independências no século XX, os europeus já exerciam certa influência, mas ela não adentrava o continente. Estabelecimentos missionários fixaram-se em locais diversos. Antes da colonização, os territórios africanos gozavam de soberania territorial, mas com vetores externos. Alguns países europeus estavam no litoral, em entrepostos comerciais, e, no máximo, em entradas por meio de rios. Pode-se afirmar, à vista disso, que “a ocupação territorial europeia foi se consolidando da costa para o interior, organizada a partir de diferentes eixos de expansão interna” (Santos, 2022a, p. 38).

Todavia, um erro a ser combatido é defender que o colonialismo se deu de forma pacífica. De acordo com Mazrui (2010), as estratégias de resistência (tradição guerreira, de *jihad*, de revolta cristã, de mobilização não-violenta e de guerrilha) foram perenes. É basilar frisar, ainda, que essas estratégias não ocorreram de forma uniforme no continente: em alguns países, a tradição guerreira foi mais visível que a *jihad*; em outros, foi o oposto. “De modo geral, a colonização europeia enfrentou, desde o início de sua implementação, diversos tipos de resistência das sociedades africanas” (Santos, 2022a, p. 42). Mazrui (2010), além disso, destaca que, a depender da região, algumas técnicas foram aplicadas independentemente ou com reforços mútuos. É mais um elemento para não generalizar a África. É mais uma justificativa para pontuar a formação socioespacial nas análises.

Nesse contexto, um adendo faz-se imperioso: o colonialismo não começa com a Conferência de Berlim em meados da década de 1880. Conforme Uzoigwe (2010), três importantes acontecimentos datam antes de 1884: 1) Leopoldo I, da Bélgica, manifesta

⁹ Boahen reforça (2010a, p. 3): “até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados. No entanto, nos trinta anos seguintes, assiste-se a uma transmutação extraordinária, para não dizer radical, dessa situação. Em 1914, com a única exceção da Etiópia e da Libéria, a África inteira vê-se submetida à dominação de potências europeias e dividida em colônias de dimensões diversas, mas de modo geral, muito mais extensas do que as formações políticas preexistentes e, muitas vezes, com pouca ou nenhuma relação com elas. Nessa época, aliás, a África não é assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais”. Maiores detalhes acerca das particularidades da Etiópia e da Libéria diante do cenário geral do colonialismo são encontrados em Akpan (2010a, 2010b).

interesse pelos Congos na Conferência de Bruxelas; 2) a Coroa Portuguesa anexa propriedades rurais em Moçambique; e 3) a França mantém uma política de caráter expansionista. Percebe-se, então, que os efeitos do colonialismo são sentidos diferentemente em determinados locais.

Cronologicamente, seguindo as teses de Uzoigwe (2010), a corrida expansionista começa em 1876 com Portugal e Bélgica, 8 anos antes da Conferência de Berlim. A Conferência de Berlim, por sua vez, teria um papel institucional de ratificar as conquistas sangrentas decorrentes de uma luta desigual. Em Berlim, foi firmado entre os países europeus um acordo: os territórios conquistados na África seriam informados às demais potências europeias para legitimar esferas de influência, o domínio do interior através da *hinterland* (com a posse do continente a partir do litoral) e a ocupação efetiva. Contudo, Boahen (2010b, p. 919) frisa que o colonialismo “revelou-se tão efêmero como todos os empreendimentos baseados na força”.

Para Boahen (2010b), o colonialismo (que foi distinto nas formações socioespaciais africanas) é sinônimo de perda da soberania e da independência¹⁰. É, acima de tudo, a privação à liberdade. Somando-se a isso, o sistema da economia colonial capitalista engessa os Estados africanos como mercados de consumo dos produtos manufaturados das metrópoles e como produtores de matérias-primas destinadas à exportação. A “impiedosa exploração econômica” (Boahen, 2010b, p. 935) manifesta-se ao subjugar as economias, que se tornam baseadas na monocultura, sensíveis às flutuações do comércio internacional. A dependência é maximizada. O setor interno é negligenciado e os africanos são humilhados. A origem de tudo está na generalização dos africanos, classificados, pelos europeus, como povos sem cultura e sem história (já que a história, nesse caso, seria a escrita). A tradição oral é ignorada e tanto Boahen (2010b) quanto Uzoigwe (2010) auxiliam a entender como o colonialismo emaranha-se com noções de linearidade, etapismo e evolucionismo.

Os territórios africanos seriam, para os europeus, territórios atrasados; os europeus, segundo eles mesmos, representariam o auge da sociedade. Não é uma narrativa inócua, mas proposital e deliberada. Na visão colonialista e ratificadora do domínio colonial, os europeus seriam “superiores” e teriam o dever (quase como uma missão

¹⁰ Trata-se da “perda do direito de se incumbir de seu destino, de planejar seu próprio desenvolvimento, de gerir sua economia, de determinar suas próprias estratégias e prioridades, de obter livremente lá fora as técnicas mais modernas e adaptáveis e, de maneira geral, de administrar - bem ou mal - seus próprios assuntos, buscando inspiração e alegria em seu próprio êxito e extraindo a lição de seus fracassos” (Boahen, 2010b, p. 927).

civilizatória) de “ajudar” os africanos. Boahen (2010b), com isso, desembaraça essa complicada rede: há uma íntima relação entre o discurso e a prática de pilhagem. Os europeus, “técnicos”, implantam infraestruturas nos territórios africanos para facilitar o escoamento da produção interna dos minérios das jazidas para portos de exportação no litoral à proporção que forcem a constante importação de produtos essenciais que poderiam ser feitos nos mais diversos territórios africanos. Nunca houve, por outro lado, aceite passivo por parte dos locais; a resistência, reiteradamente, foi perene.

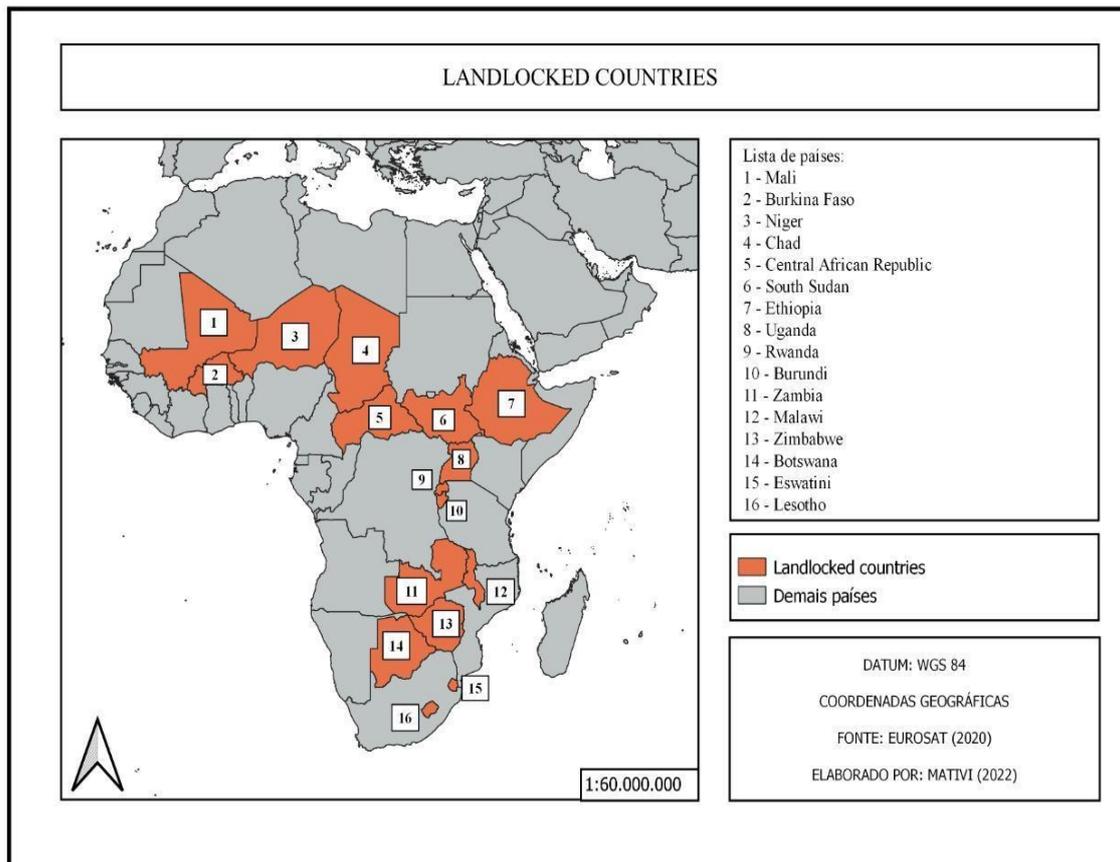
Nessa conjuntura, a África foi “retalhada, subjugada e efetivamente ocupada pelas nações industrializadas da Europa” (Uzoigwe, 2010, p. 21) e as fronteiras estabelecidas eram arbitrárias, artificiais, aleatórias e distorcidas. O redesenho dos territórios colonizados é feito por linhas retas, fronteiras abstratas que violam antigas soberanias e significam projeções externas ou interesses de fora. Boahen (2010b, p. 924) classifica esses Estados que englobam uma miscelânea de povos de cultura, tradições e línguas diferentes - uma verdadeira mescla - como criações artificiais, pois “certas fronteiras dividem grupos étnicos já existentes e retalham Estados e reinos, o que provoca perturbações sociais e deslocamentos”.

A arbitrariedade das divisões coloniais, por conseguinte, resultou em antíteses: Estados recém-independentes surgem com superfícies distintas, recursos naturais escassos ou abundantes e possibilidades econômicas desiguais (Boahen, 2010b). Estados gigantes coexistem com anões - e a formação socioespacial, mais uma vez, salienta-se para a análise. A diversidade interna ao continente africano também se manifesta quando alguns países têm faixas litorâneas, ou seja, acesso ao mar, e outros não. Essa temática se relaciona com problemas de segurança nacional, contrabando entre as fronteiras e soberania para escoar produtos.

A figura 1 demonstra a configuração das *landlocked countries*, ou seja, países sem costa marítima, interiores ou sem saída para o mar, no continente africano. Conforme se constata, a África guarda muitos *landlocked countries* que carregam heranças do período colonial (Mali, Burkina Faso, Níger, Chade, Uganda, etc). Recentemente, mais dois Estados conquistaram a independência e se relacionam com essa dinâmica. Em conformidade com Santos (2022a), a Eritreia separou-se da Etiópia em 1993 e fez com que esse segundo país perdesse sua saída para o mar no Chifre da África. Em 2011, o Sudão do Sul separou-se do Sudão - e desde a independência, há 12 anos, não tem saída para o mar. Tal abordagem cartográfica revela como as influências do período colonial não foram plenamente apagadas e/ou superadas. Entende-se, à vista disso, a impeniência

da dimensão temporal, algo tão prezado por Machado (2017) e Santos (2023a), no conceito de formação socioespacial. Evidencia-se, também, a quantidade: das 54 formações socioespaciais pertencentes ao continente africano, 16 (quase 30% do total) entram na classe de *landlocked countries*.

Figura 1 - Mapa das *landlocked countries*



Fonte – Mativi; Andrade (2022).

Por último, o fim do colonialismo deve ser citado. A resistência, conforme mencionado anteriormente, foi contínua. Os movimentos anticolonialistas, ainda que nacionalistas, guardam uma especificidade curiosa: os nacionalismos dos territórios africanos subvertem a lógica do nacionalismo europeu (Santos, 2022a), posto que as fronteiras já eram artificiais. É um nacionalismo que remete ao período pré-colonial, quando diversas etnias - muitas vezes rivais - não compartilhavam o mesmo território. É vero certificar que “foi o colonialismo que deu origem ao nacionalismo africano, produto da cólera, do ressentimento, da amargura, da frustração e da alienação que o sistema colonial engendrou” (Boahen, 2010b, p. 949) e até a própria estrutura geográfica dos Estados africanos independentes carrega, em determinada proporção, legados do período colonial.

As independências ocorrem em um amplo período. Os países conquistam sua independência ao decorrer de décadas. Basta ver, para exemplificar, que Gana libertou-se em 1957 e Zimbábue, em 1980. A segunda metade do século XX, além de tudo, é marcada pelo pan-africanismo - presente, por exemplo, no discurso de Nkrumah (2019a) ao mencionar que Gana não estará livre enquanto a África não estiver livre. O pan-africanismo, “movimento que buscava estabelecer uma união identitária e política entre os africanos e as populações afrodiáspóricas” (Santos, 2022a, p. 22), é um elemento comum a muitas independências no continente africano.

Rumo ao fim da seção e a uma análise mais atual (do século XXI), diante de todos os problemas acima mencionados, Nkrumah (2019b, p. 121) parte de uma visão geral para as “diferenças nas circunstâncias particulares dos próprios países”. Exercício semelhante é feito por Neto (2019b), o que demonstra qual é o caminho a ser seguido. Embora realize uma denúncia ampla e abrangente, Neto (2019b) não descarta as especificidades do território angolano. Mesmo sem citarem a formação socioespacial, Neto (2019b) e Nkrumah (2019b) aplicam esse princípio ao identificar tarefas comuns, mas divergentes. A concretude encontrada em cada território nacional faz com que ele se caracterize unicamente e se distinga de países até mesmo vizinhos.

Do pessimismo ao otimismo

Após o colonialismo, a formação socioespacial pode ser retomada para desconstruir tanto o afro-pessimismo quanto o afro-otimismo. A formação socioespacial é o filtro que aborda as especificidades, vencendo erros decorrentes de análises

generalistas ao distinguir, por exemplo, as riquezas geradas por cada país africano. Vale mencionar, mais uma vez, que a África é composta por 54 formações socioespaciais. Entretanto, tornou-se corriqueiro tratar a África enquanto uma unidade, ou seja, sem divisões internas. O todo era tomado independentemente de suas partes. Essa visão reduziu muitos choques, conflitos e diferenciações em ondas unânimas, sem distinção: o afro-pessimismo, no final do século XX, e o afro-otimismo, no início do século XXI.

Consonantemente a Wapmuk e Akinkwotu (2017), a mudança do pessimismo para o otimismo reflete as mudanças da posição da África na política mundial. De um continente sem esperanças, obscuro, uma causa perdida permeada por conflitos, fragilidades (econômicas e sociais) e crescente dívida externa, passa a ser encarado como uma via alternativa de futuro melhor, elogiado por comentários positivos que reforçam um novo capítulo. A falta de esperanças dá lugar à ascensão. O afro-otimismo é sintetizado pela seguinte máxima: “de um modo geral, o futuro da África parece melhor que seu passado” (Wapmuk; Akinkwotu, 2017, p. 27). Entretanto, ambos (tanto o afro-otimismo quanto o afro-pessimismo) são desmantelados quando se tem em mente que cada formação socioespacial tem sua história distinta da outra.

O afro-pessimismo se dá, entre outros, pelos seguintes fatores: fome, seca, miséria, doenças e corrupção que assolaram alguns - e não todos (e, por isso, a imprecisão da formação socioespacial para estudos e investigações) - países africanos quando terminava o século XX. Na África, genocídios, guerras civis, crises de fome, estiagem no Sahel e propagação de HIV ao Sul do Saara afetaram territórios específicos, individualmente (e não o continente como um todo). O pessimismo relativo a esse momento remete, também, ao “fracasso econômico dos países africanos” (Santos, 2020c, p. 48).

Ferguson (2006), porém, pondera que essa crise econômica foi fruto das medidas do FMI e do Banco Mundial, compulsórias às formações socioespaciais africanas por meio de um discurso tecnocrático, cientificizado e imposto de fora para dentro. As organizações multilaterais argumentam que os países africanos não estavam integrados ao sistema mundial, mas Amin (2014) vai na linha contrária. Na periferia do sistema capitalista, há sim integração, mas ela é passiva, ajustada ao sistema, sem um papel significativo de tomada de ação. Todas as regiões são integradas de diferentes maneiras ao sistema global e os Planos de Ajuste Estrutural, receituários do neoliberalismo estudados por Ferguson (2006), ferem justamente esse princípio ao afirmarem que certos pontos permanecem excluídos.

Com a mudança de século, contudo, o afro-pessimismo é substituído pelo afro-otimismo, que, como o nome dá a entender, é permeado por análises positivas (Santos, 2022b). O motor do otimismo é o crescimento da maioria (e não de todas) das economias africanas. “O crescimento econômico africano está na ordem do dia” (Santos, 2020c, p. 66). Somando-se a isso, as perspectivas otimistas quanto ao continente africano não se limitam à economia. Junto ao crescimento econômico, a modernização das forças produtivas, a desburocratização, a urbanização, a tendência de estabilidade política, o aumento nas taxas de alfabetização e a queda das taxas de pobreza são fatores que atraem investimentos estrangeiros e servem de combustível para o afro-otimismo. As mudanças ocorrem com a intensificação dos serviços sociais e dos investimentos em infraestruturas de base.

O otimismo também contagia por causa da instrução que acompanha a qualificação de mão de obra de muitos países africanos. Demograficamente, além disso, a África é tida como a última fronteira do capitalismo (Santos, 2020c, 2022a). Enquanto a “estabilidade política” e a “democracia” adentram pelo continente, diminuindo a frequência de golpes de Estados, a África vê sua população crescer. Em consonância com o fator demográfico, o continente em questão tem as maiores taxas de fecundidade do mundo (Santos, 2020c), o que significa não só mais pessoas, mas também reserva de força de trabalho e mercado consumidor em potencial. Justifica-se, assim, o “olhar carinhoso” que contamina as grandes potências.

Por ser um continente de demografia jovem, trazer cada vez mais oportunidades de trabalho, dinamizar trocas e consolidar sua capacidade de adaptação (com transparência política e combate à corrupção), a África abriga “leões econômicos” (Santos, 2022a, p. 83) ou “leões em movimento” (Obeng-Odoom, 2015). Um empecilho, no entanto, manifesta-se: a África não é homogênea e suas formações socioespaciais são diversas. Não é a África que cresce economicamente, mas alguns de seus países. A Geografia dos investimentos no continente é desigual, o que “deve servir como um alerta às abordagens ‘afro-otimistas’” (Santos, 2022a, p. 91). A Geografia dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) tem assimetrias internas. Análises generalistas são repelidas ao se ter contato com o fluxo seletivo dos IED, que é maior para Egito, Etiópia e Nigéria (Santos, 2020c). Com isso,

Os 54 países africanos representam materialmente múltiplas formas de desenvolvimento das forças produtivas, ainda que os Estados imperialistas do Norte Global tenham tentado - pela força militar em

fins do século XIX e por imposições financeiras em fins do século XX - reduzir o papel desses territórios a exportadores de *commodities* na Divisão Internacional do Trabalho (Santos, 2020c, p. 45).

Por muito tempo, as *commodities* tiveram um papel central nas economias africanas, seja com a exploração de recursos (minerais e energéticos) ou com a agricultura (de subsistência e comercial) e a pecuária. Novamente, não obstante, essas atividades não se distribuem uniformemente pelos mais distintos territórios. A Geologia difere-se e as estruturas cristalinas são encontradas em locais específicos. As condições físico-naturais impactam a agropecuária em um “continente espelho” (Santos, 2022a). Para citar mais um exemplo, a industrialização foi uma experiência bem-sucedida em poucos países (África do Sul, Egito e Argélia, que contam com parques industriais diversificados permeados por empresas nacionais ou não), mas não em outros (Santos, 2020c), o que desvela as diferenças de formação socioespacial para formação socioespacial.

Do mesmo modo, outro elemento crucial para desconstruir um otimismo generalizado faz menção às infraestruturas¹¹. Mesmo com a presença cada vez maior da China em conformidade com uma agenda Sul-Sul (Santos, 2020c), os territórios africanos são marcados pela manutenção do padrão de transporte do período colonial. A drenagem dos bens internos para fora continua. Essa “lógica de ocupação espacial claramente herdada do período colonial” (Santos, 2022a, p. 93), diferença básica dos países africanos em relação aos demais, traduz a sangria dos territórios, algo que não, pelo menos até agora, foi extinguido pela expansão chinesa com os IEDs (ainda que a mentalidade não seja idêntica à colonial).

As formações socioespaciais africanas ainda têm muito a avançar no que tange à integração regional e à cooperação comercial com a formação de novos blocos econômicos. Como destaca Santos (2022a), está presente, no continente africano, uma baixa articulação intra e interterritorial. Os IEDs são concentrados em países seletos; a seletividade espacial do capital traz desigualdades dentro do próprio continente e a fundação de *forgotten territories*, isto é, territórios esquecidos (Santos, 2022b).

Os territórios esquecidos batem de frente com a noção de afro-otimismo. Os *forgotten territories* (figura 2) são “países onde a recente articulação entre as forças produtivas e as relações de produção não foram capazes de atrair IEDs como em outras

¹¹ “As infraestruturas são um dado material de qualquer formação socioespacial e desempenham um papel determinante no modo de produção de um país” (Santos, K. L., 2021a, p. 129). É possível traçar um paralelo com as formas, mencionadas por Milton Santos (2020a).

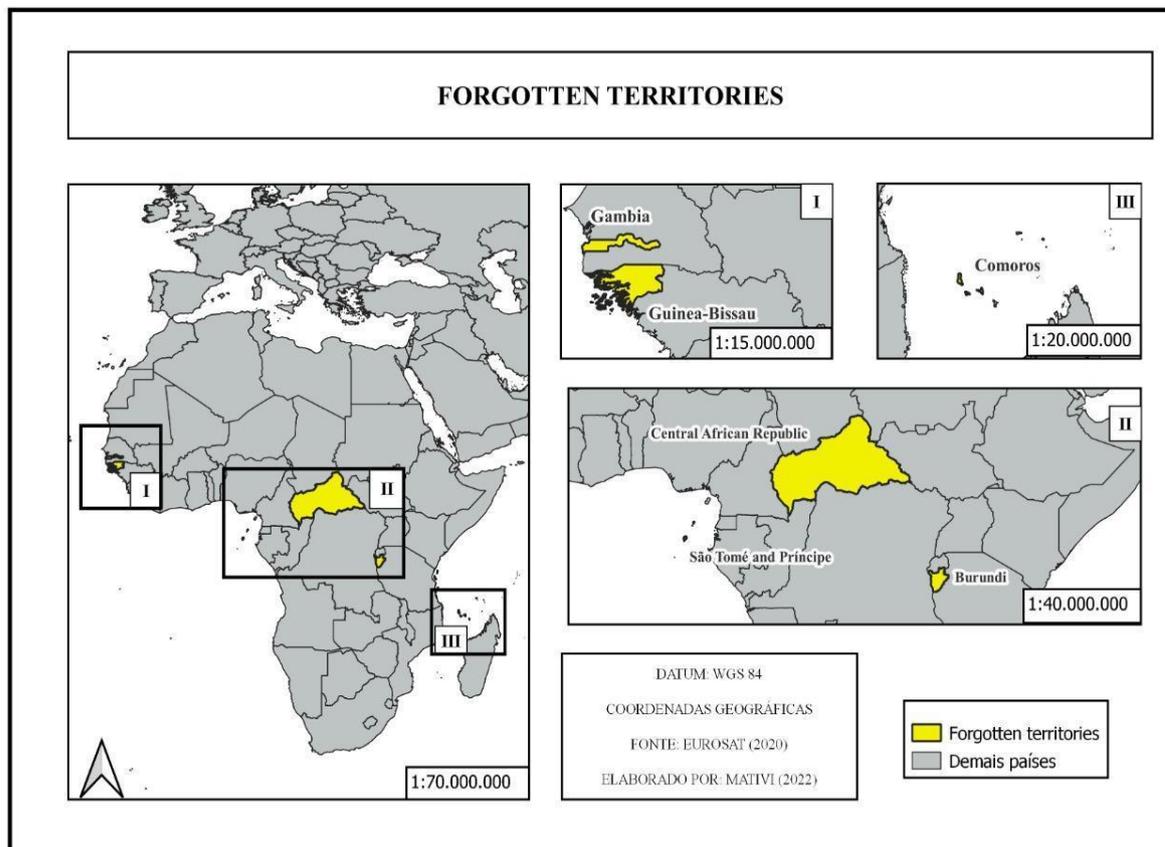
partes do continente” (Santos, 2022b, p. 4, tradução própria)¹². Essa denominação refere-se ao seguinte conjunto: Burundi, República Centro-Africana, Comores, Gâmbia, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. São territórios com economias nem tão pujantes, fora da ideia de “leões econômicos”, ou seja, são territórios menos atrativos para o capital estrangeiro. De acordo com Santos (2022b), são países julgados como insuficientes nas 3 determinações (infraestruturas - transporte, energia e comunicação -, integração regional e qualidade da mão de obra) para atrair investimentos.

Em três outros eixos (político, demográfico e infraestrutural), mais problemas aparecem. Na questão política, a oposição democratização-estabilidade faz-se efetiva. Esses territórios esquecidos têm históricos de golpes e guerras civis (em Burundi e na República Centro-Africana), além de atraírem refugiados de conflitos vizinhos do Sudão (Darfur), da República Democrática do Congo e do genocídio em Ruanda (especialmente em Burundi e República Centro-Africana). Na questão infraestrutural, além da seletividade e da necessidade de integração já mencionadas, a precariedade é um atributo recorrente. A formação socioespacial, portanto, é um filtro que ajuda a vencer a barreira da generalização. A África abriga mais de 50 formações socioespaciais, cada uma com suas particularidades, características, singularidades, unicidades e idiossincrasias. Santos (2022b, p. 13, tradução própria)¹³ esquadrinha um alicerce: “não otimista, nem pessimista: Geografia desigual para evitar generalizações sobre a África”.

¹² “Countries where the recent articulation between the productive forces and the relations of production have not been able to attract FDI as in other parts of the continent”.

¹³ “Not optimistic, nor pessimistic: uneven geography to avoid generalizations about Africa”.

Figura 2 - Mapa dos *forgotten territories*



Fonte – Mativi; Andrade (2022).

Para mais, Obeng-Odoom (2015) problematiza o afro-otimismo que aquinhoa à África uma nova *persona* cujas palavras-chave são, entre outras, ascensão, escalada, melhoria e progresso. Tudo de todas as formações socioespaciais africanas passa a ser pautado pelo crescimento. Trata-se de uma megalomania fissurada em números, ou melhor, em taxas de crescimento do Produto Interno Bruto. É o fenômeno que o autor chama de *growthmania*. O embasamento para essa visão está nas análises de economistas *mainstream*, que creem e defendem que problemas sociais podem ser consertados com aumento na acumulação do capital. Como se fosse um ciclo mágico, “com mais crescimento, os pobres se beneficiarão e os desempregados encontrarão emprego, e o mundo se tornará mais igual, as cidades mais ‘habitáveis’ e o meio ambiente mais sustentável” (Obeng-Odoom, 2015, p. 236, tradução própria)¹⁴.

¹⁴ “With more growth, the poor will benefit and the jobless will find work, and the world will become more equal, cities more liveable and the environment more sustainable”.

Todavia, “o crescimento nos diz pouco ou nada sobre as complexidades e variedades da vida urbana e da vida rural” (Obeng-Odoom, 2015, p. 239, tradução própria)¹⁵. Apenas crescimento não basta. Pensar só em crescimento é insuficiente. Nessa linha, Obeng-Odoom (2015) defende a complexificação do olhar, incorporando, ao crescimento, outras tendências conjuntas, como, por exemplo, a pobreza, a desigualdade social e o desemprego. O afro-otimismo, embora leve a uma certa euforia, deve ter limites e suscitar questionamentos. Nesse sentido, as generalizações jamais serão o caminho. As formações socioespaciais efetivam-se para fins de discernimento entre territórios nacionais africanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acentua-se a importância da comparação para identificar semelhanças e disparidades quanto à história das formações socioespaciais africanas no período pós-colonial. O estudo de caso é a estratégia ideal para o fortalecimento de uma “Geografia dos países africanos” (Santos, 2023a), que, embora seja incipiente, carrega grandes potencialidades (Mendes; Ratts, 2022). Assim, a formação socioespacial deve ser sempre levada em consideração quando se menciona a África. É preciso enfrentar a narrativa e as práticas que se pautam na ideia de África enquanto unidade política. A África tem subdivisões. Ninguém trata, por exemplo, da Europa como um corpo só, mas isso ocorre no que concerne ao continente africano. É um exemplo explícito das intencionalidades inerentes aos agrupamentos perversos que golpeiam os territórios africanos.

Dessa forma, para vencê-los, não generalizar a África é um passo primordial. Entender a pluralidade, a heterogeneidade e a diversidade que constituem o continente em questão é uma tarefa necessária. Embora, então, existam fatores comuns, conforme mencionado no decorrer do texto, as particularidades prevalecem. O colonialismo teve exceções; o afro-pessimismo não pegou o continente inteiro; o afro-otimismo oculta os *forgotten territories*. Aprofundar-se na Geografia da África é, acima de tudo, tomar conhecimento de uma vasta multiplicidade. Para superar uma abstração continental, a

¹⁵ “Growth tells us little or nothing about the complexities and varieties of urban and rural life”.

formação socioespacial comporta-se como partido de método (Santos, 2023a, 2023b, 2023c).

Para finalizar, é, também, um engajamento político imperativo à Geografia Brasileira. Referência em muitas áreas, verifica-se, infelizmente, que não se dedicou tanto ao continente africano. A Geografia não acaba nas fronteiras nacionais ou na América Latina: há muitos universos a serem conhecidos e pesquisados para além da América. Ademais, dedicar-se a estudar a África é comprometer-se com o fortalecimento de uma visão Sul-Sul. A formação socioespacial, dessa maneira, é um pilar de sustentação que barra equívocos generalizantes e que abre rumos de dedicação a um caminho gigantesco - que é, aqui, a Geografia da África ou, ainda, a “Geografia dos países africanos”.

REFERÊNCIAS

AKPAN, Monday B. A Etiópia e a Libéria, 1914-1935: dois Estados africanos independentes na era colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010a. p. 833-874.

AKPAN, Monday B. Libéria e Etiópia, 1880-1914: a sobrevivência de dois Estados africanos. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010b. p. 281-318.

AMIR, Samin. Understanding the political economy of contemporary Africa. **Africa Development**, v. 39, n. 1, p. 15-36, 2014. Disponível em: <<https://www.ajol.info/index.php/ad/article/view/113307>>. Acesso em: 17 out. 2022.

BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010a. p. 1-20.

BOAHEN, Albert Adu. O colonialismo na África: impacto e significação. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010b. p. 919-950.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura

Afro-Brasileira’, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FERGUSON, James. **Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order**. Durham and London: Duke University Press, 2006.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.54446/bcg.v2i3.86>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil?. **GEOgraphia**, v. 18, n. 38, p. 71-98, ago. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2016.v18i38.a13774>>. Acesso em: 17 out. 2022.

MAZRUI, Ali A. “Procurai primeiramente o reino político...”. In: MAZRUI, Ali A. (org.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 125-149.

M’BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações - Tomo II (Do século XIX aos nossos dias)**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

MENDES, Raquel Almeida; RATTTS, Alecsandro José Prudêncio. A Geografia na Base Nacional Comum Curricular: reflexões sobre a temática africana e afro-brasileira na etapa do Ensino Fundamental. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 19-31, jan./jun. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33025/grgcp2.v8i15.3449>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

MENDES, Raquel Almeida; RATTTS, Alex. A África nos cursos de geografia: uma experiência de pesquisa participante em sala de aula. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 10, n. 19, p. 445-460, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.46789/edugeo.v10i19.720>>. Acesso em: 17 out. 2022.

MENDES, Raquel Almeida; RATTTS, Alex. Diálogos em torno da temática africana e o currículo de formação docente em geografia. **Revista Continentes (UFRRJ)**, v. 1, n. 21, p. 9-26, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.51308/continentes.v1i21.340>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MENDES, Raquel Almeida; RATTS, Alex. Perspectivas docentes sobre ensino de África em cursos de licenciatura de Geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 19, n. 38, p. 1-33, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.5418/ra2023.v19i38.15731>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

NETO, Agostinho. Angola tem uma característica cultural própria, resultante da sua história. In: MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi (org.). **Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019a. p. 315-320.

NETO, Agostinho. Discurso na proclamação da independência de Angola. In: MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi (org.). **Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b. p. 304-314.

NKRUMAH, Kwame. Eu falo de liberdade. In: MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi (org.). **Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019a. p. 103-106.

NKRUMAH, Kwame. O socialismo africano revisitado. In: MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel Landi (org.). **Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b. p. 112-121.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo - Último Estágio do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

OBENG-ODOOM, Franklin. Africa: On the Rise, but to Where?. **Forum for Social Economics**, v. 44, n. 3, p. 234-250, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/07360932.2014.955040>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

SANTOS, Kauê Lopes dos. A economia do cacau em Gana no início do século XXI. **Revista Geografias**, v. 28, n. 2, p. 52-72, dez. 2020b. Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2237-549X.2020.16245>>. Acesso em: 17 out. 2022.

SANTOS, Kauê Lopes dos. A economia do petróleo em Gana no início do século XXI. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, p. 34-48, 2023b. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/bg/article/view/61553/33001>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SANTOS, Kauê Lopes dos. **Africano: uma introdução ao continente**. Rio de Janeiro: Record, 2022a.

SANTOS, Kauê Lopes dos. Forgotten territories: the uneven geography of FDI in Africa and the case studies of Burundi, Central African Republic, Comoros, the Gambia, Guinea-Bissau and São Tomé and Príncipe. **African Geographical Review**, p. 1-16, mai. 2022b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/19376812.2022.2073241>>. Acesso em: 17 out. 2022.

SANTOS, Kauê Lopes dos. “O norte alimenta o sul”: a organização do espaço econômico rural de Gana no início do século XXI. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v. 27, n. 4, p. 2546-2564, jan./dez. 2023c. Disponível em: <<https://doi.org/10.18817/26755122.27.4.2023.3573>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SANTOS, Kauê Lopes dos. **Ouro por Lixo: as inserções de Gana na divisão internacional do trabalho**. Rio de Janeiro: Pallas, 2021a.

SANTOS, Kauê Lopes dos. Para além da China: capacidade ociosa e investimento estrangeiro direto nas formações socioespaciais africanas no início do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 75, p. 43-68, mai./ago. 2020c. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1982-5153.2020v35n75p43>>. Acesso em: 17 out. 2022.

SANTOS, Kauê Lopes dos. Por uma geografia dos países africanos: a formação socioespacial como partido de método e o caso de Gana no início do século XXI. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 110, p. 298-316, jul./dez. 2023a. Disponível em: <<https://doi.org/10.61636/bpg.v1i110.3193>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SANTOS, Milton. A cultura do cacau na Costa do Marfim. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 31, p. 68-95, 1959. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1248/1109>>. Acesso em: 17 out. 2022.

SANTOS, Milton. A especificidade do espaço nos países subdesenvolvidos. In: SANTOS, Milton. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 121-130.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020a.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021b.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021c.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1092/949>>. Acesso em: 17 out. 2022.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 21-50.

WAPMUK, Sharkdam; AKINKWOTU, Oluwatooni. As dinâmicas da África nas relações mundiais: do afro-pessimismo para o afro-otimismo?. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 2, n. 4, p. 11-31, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2448-3923.75450>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

Artigo recebido em: 12 de janeiro de 2024.

Artigo aceito em: 17 de junho de 2024.

Artigo publicado em: 22 de julho de 2024.